

FATOS E NOTAS

GOIÁS E A PRIMEIRA REPÚBLICA. (Nota prévia).

DALÍZIA E. MARTINS DOLES.

do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Goiás.

A conquista e povoamento das regiões centrais deve-se à mineração, em função da qual Goiás recebeu duas correntes humanas, uma oriunda do nordeste e norte, que penetrou através do Maranhão e do Pará e outra, do planalto paulista.

Com o esgotamento das minas sobrevém a estagnação da província. A partir de então, a lavoura e pecuária começam a projetar-se como bases da economia e as famílias que a elas se dedicarão, dão origem aos clãs, que depositários do poder econômico, constituir-se-ão na classe mais importante, embora sem acesso à vida política até a República.

A participação dos elementos locais na política, durante o período monárquico fora inexpressiva, sendo os presidentes da Província designados pelo Imperador e, via de regra desvinculados quer política, quer familiarmente, de Goiás.

Ao final do século XIX, a província encontrava-se empobrecida e estagnada, sobretudo devido ao isolamento, à sua economia instável, à falta de meios de transportes e à pecuária e lavoura de pequena monta.

Os Bulhões, representantes das classes mais favorecidas, líderes abolicionistas e republicanos em Goiás, ascendem ao poder com o advento da República.

Os vícios eleitorais e o coronelismo conseqüentes à estrutura econômica agrária, semi-feudal e à política dos governadores instalada por Campos Sales, originarão as oligarquias políticas que se sucederão até 1930: Bulhões, Jardim e Caiado.

A luta política era desigual, a vitória pelas urnas impossível. As oligarquias eram apoiadas pelos governos federais e por grande maioria dos municípios.

A primeira quebra da unidade política, sofrida pelo Centro Republicano, partido que liderou o movimento Republicano em Goiás, data de 1895, através da aliança do desembargador Luiz Gonzaga Jayme com as forças oposicionistas, de que se originou o Partido Republicano Federal, pelo qual foi candidato à Presidência do Estado, competindo com o Coronel Leopoldo Jardim. A vitória coube a Jardim, mas o Desembargador tornou-se o político de maior prestígio, com penetração na ala situacionista, motivo de sérias crises políticas posteriores.

Em 1897, o Centro Republicano sofreu nova perda de elementos, através do rompimento de Bulhões com o grupo Caiado-Castro-Abrantes, que se passam para o Partido Republicano Federal.

A desagregação do partido bulhonista acelera-se a partir de 1904, através da cisão com o governo Xavier de Almeida, consequência da crescente ligação entre este e o Senador Gonzaga Jayme, líder oposicionista. Novas correntes partidárias se formam: Gonzaga Jayme-Xavier de Almeida, situação e José Leopoldo de Bulhões-Leopoldo Jardim, compoendo a oposição.

A crescente dissidência entre os políticos situacionistas, fruto da fragil estrutura, baseada numa política personalista, dirigida à distância pelo Senador Bulhões, através das relações nitidamente feudais de suzerania e vassalagem pelo voto, enfraqueceu-os, favorecendo as pretensões do grupo dissidente.

A questão das eleições ao Senado provocará, de outra parte, o rompimento de Xavier de Almeida e Gonzaga Jayme, aliando-se este a Braz Abrantes e Antônio Ramos Caiado, oposicionistas. Eugênio Jardim, militar reformado, irmão de Leopoldo Jardim e primo de Bulhões, até então sem ligações políticas ou partidárias, filia-se ao movimento “renovador”.

Gonzaga Jayme e seus companheiros, em 1909 consideram o Centro Republicano desligado do Partido Republicano, transformam-no em Partido Democrático e declaram-se

“contra os poderes constituídos do Estado” (1).

O que surgia não era realmente um partido político e sim um grupo revolucionário heterogêneo, mas com objetivo análogo: o *poder*.

(1). — SANTANA (Moizés), *Vultos e Factos de Goyaz*.

O movimento revolucionário começa a crescer, a expandir-se, angrando adesões dos coronéis, surgindo as colunas revolucionárias.

A Coluna do Norte, composta por 600 homens sob o comando geral do coronel José Batista e a Coluna do Sul, arregimentada em torno da pessoa do Coronel Eugênio Jardim marcham sobre a capital, efetuando prisões e execuções de elementos pertencentes ao grupo xavierista.

Em abril de 1909 a situação é decidida e a Legião Democrática domina a situação.

Vitoriosos, a 1.º de maio, entram os revolucionários na cidade de Goiás, portando a bandeira vermelha da Legião Democrática.

Começa a curta liderança política, de três meses, do grupo formado por Leopoldo Jardim, Gonzaga Jayme, Eugênio Jardim, Ramos Caiado, Emílio Póvoa e Fleury Curado.

Sucedem-se deposições de deputados e senadores eleitos.

Após a vitória todos queriam auferir benefícios e privilégios. Bulhões queria a volta de seu grupo ao poder. Eugênio Jardim e Ramos Caiado, no entanto, não aspiravam o retorno ao antigo sistema. Mas, não conseguem de imediato o poder, visto que Urbano Gouveia, o primeiro presidente revolucionário era pessoa muito ligada aos Bulhões, representando mesmo o seu grupo. As discussões entre os líderes eram infundáveis.

Eugênio Jardim que, inicialmente fora, convocado apenas para dirigir a revolução, agora também tinha pretensões políticas e não admitia a liderança única de Bulhões.

As pressões sobre Urbano de Gouveia aumentaram com tal intensidade que ele acabou abandonando inesperadamente o cargo, retirando-se para o Rio de Janeiro.

O vice-presidente, Herculano Lobo, que veio de Formosa para assumir a presidência, quis mostrar atitude independente, com livre escolha do secretariado, sendo rudemente admoestado pelo coronel Eugênio Jardim, que afirmou ter ele sido eleito pelo Partido Democrata, e que a este competia a escolha dos seus secretários.

Antônio Ramos Caiado, aliado, cunhado e rival político de Eugênio Jardim, revelou-se mais hábil e astuto, conseguindo que a grande maioria do secretariado fosse composta de elementos caiadistas, passando assim a dominar a situação política do Estado.

Inicia-se a disputa Jardim-Ramos Caiado, que só findará em 1923.

Após a revolução de 1909, a situação política não sofreu qualquer avanço. Mantém-se os antigos vícios através dos privilégios de grupos, concessões, violências e falta de liberdade dos presidentes, escravizados aos ditames do partido, ou melhor, do seu dirigente máximo.

Assim é que João Alves de Castro, homem bem intencionado, teve que lutar seriamente contra as absurdas exigências de Jardim e Ramos Caiado, sempre interessados em imprimir a alguns setores, caráter nitidamente partidário, hostilizando o presidente.

De outra parte, como consequência do coronelismo e da luta de grupos locais, eclode no norte do Estado, em São José do Duro, atual Dianópolis, disputa sangrenta.

A situação social era caótica, dominando hábitos tipicamente medievais, como a servidão do homem do campo através da escravização por dívidas, tendo os senhores direito de vida e morte sobre seus camaradas, contando para tanto com o apóio e beneplácito do próprio governo estadual.

Em 1921, numa última tentativa de assegurar a sua posição como chefe do Partido Democrata, visto que Ramos Caiado tentava por todos os meios assumir a liderança, o coronel Eugênio Jardim aceitou a indicação de seu nome à presidência do Estado, assumindo em 14 de julho daquele mesmo ano.

Contudo, o prestígio de que gozava Ramos Caiado pelo interior, no Rio de Janeiro e nos meios políticos paulistas era um perigo e não poderia deixar de ser encarado com seriedade e apreensão.

Apesar de suas realizações no setor educacional e na manutenção da ordem, a pressão dos opositores acabou forçando Eugênio Jardim à renúncia, aceitando em troca disputar a vaga de Senador, para a qual foi eleito e logo depois faleceu no Rio de Janeiro.

Nada mais impedia Ramos Caiado de assumir definitivamente as rédeas da política e da máquina administrativa de Goiás.

A década de vinte assinala a consolidação, do grupo caiadista na direção da política goiana. Fortalece-se então o regime da tirania alicerçada na lei, colocada a serviço dos oligarcas. A corrupção e a política de privilégios aumentam.

O grupo dominante é senhor do legislativo, executivo e judiciário. Leis beneficiando ora pessoas, ora grupos, são comuns.

O judiciário não tem liberdade e se tenta reagir é asfixiado, como ocorreu através da lei nº 892, de 20 de julho de 1927, através da qual foi ampliado o número de desembargadores de 5 para 9. Os cargos criados foram preenchidos por elementos concordes com a situação.

Quando, durante o governo do sr. Brasil Ramos Caiado, o Tribunal de Justiça, na pessoa do seu presidente, Emílio Póvoa, movimentou-se para impedir a intervenção federal, o então Presidente do Estado, através de decreto demitiu o desembargador Póvoa e colocou elemento de sua confiança no cargo. Um manifesto de protesto pela interferência do Presidente do Estado na Suprema Corte de Justiça valeu aos manifestantes perseguições, demissões e transferências para lugares distantes com o objetivo de exemplar e evitar insubordinações futuras.

O legislativo, dominado pela oligarquia, vota lei concedendo favores aos mandatários e a seus familiares, beneficiando-os com amplos domínios territoriais, como os obtidos graças à lei 735 de 11 de agosto de 1923.

O quadro econômico-social de Goiás durante a Primeira República era lamentável. A renda total equivalia a cinco mil contos de réis. O trabalhador rural era desprotegido, em sua grande maioria não era remunerado, recebendo o estritamente necessário ao seu sustento.

Até 1925, a oposição praticamente não existia. Havia apenas facções dentro do grupo dominante.

Contudo, a conduta dos governantes, encarando seus correligionários como simples objetos de um jogo político, utilizando-se dos mesmos quando necessários e marginalizando-os após atingir seus objetivos, criou o descontentamento e mágoas um dos fatores determinantes da formação da oposição.

Por outro lado, a reação que já surgia no plano nacional através dos movimentos de 1922, 1924 e o contacto com os tenentistas no sudoeste goiano tornou possível o aparecimento de uma oposição mais efetiva, girando em torno de Mário Caiado, Emílio Póvoa, Inácio Bento Loiola e Pedro Ludovico Teixeira e de antigos políticos situacionistas, como o senador Antônio Martins Borges, agora rompido com o grupo Caiado.

Surgindo a Aliança Liberal, a oposição goiana liga-se ao movimento e em consequência sofre pressões que iam desde a invasão dos lares dos opositoristas pela polícia goiana, aprisionamento dos chefes da oposição e impedimento de comparecimento às urnas, como ocorreu em Anápolis, em 1929, quando os aliancistas não puderam votar devido à intervenção policial.

Contudo, as transformações ocorridas no cenário nacional, graças à formação de um eixo revolucionário e à deposição de Washington Luis, tornaram possível a desarticulação de toda uma máquina eleitoral e administrativa cheia de falhas que dominava o Estado de Goiás há mais de 30 anos.